

O antirracismo dos intelectuais o caso de Pierre-André Taguieff

Manuel Diatkine
Universidade de São Paulo

Resumo

Dentre os intelectuais que consagraram uma parte de seus trabalhos ao racismo e ao antirracismo na França contemporânea, Pierre-André Taguieff é um dos mais famosos. Dífíceis de ser delimitadas em termos disciplinares, suas intervenções abarcam desde a filosofia política até a história das ideias, passando pelas ciências políticas. Sobre esses temas e outros conexos – nacional-populismo, judeofobia, os extremismos de direita –, é um dos autores mais lidos e influentes. É também, no entanto, um autor polêmico, contestado, e às vezes rejeitado. Este artigo tenta explicar quem é P.-A. Taguieff, os motivos das rejeições que suscita, e as razões destes motivos. O caso de P.-A. Taguieff ilustra, pensamos, a transformação pela qual passou o antirracismo nas últimas décadas: do consenso ao dissenso. Hoje em dia, nem todo o mundo concorda em definir o que é o antirracismo.

Palavras-chave Taguieff, racismo, antirracismo, judeofobia.

Abstract

Among intellectuals dedicated to the study of racism and antiracism in contemporary France, Pierre-André Taguieff (1946-...) is one of the most famous. His work includes various areas, from political philosophy to history of ideas and political sciences. On racism and other subjects linked – national-populism, judeophobia, right-wing extremism, is in France one of the most widely read and influential thinker. But he's also polemical, criticized and sometimes rejected. This article seeks to explain who is P.-A. Taguieff, the causes of the oppositions to his work and the reasons of these causes. Our hypothesis is that the case of P.-A. Taguieff illustrates the changes of antiracism in recent decades: from consensus to dissensus. Today, the proper definition of antiracism became controversial.

Keywords Taguieff, racism, antiracism, judeophobia.

Pierre-André Taguieff nasceu em 1946 na França. Atualmente aposentado, foi ativo em vários centros de pesquisa universitária, em particular, na Escola Normal Superior de Saint-Cloud, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Escreveu livros e artigos importantes (mais de 200 títulos no total), sobre temas relacionados ao extremismo político e à violência do discurso político. Entre eles, o racismo e o antirracismo são temas de predileção. A consagrada editora Presses Universitaires de France (PUF) acabou de lançar, em 2013, um monumental (quase 2.000 páginas) *Dictionnaire historique et critique du racisme*, sob sua direção. Clássicos dos estudos sobre o racismo e o antirracismo são seus livros *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles* (1987) e *Les fins de l'antiracisme* (1995). Existe, porém, o que podemos chamar de um caso Pierre-André Taguieff – paradoxal, e por isto mesmo instigante. Eis um autor reconhecido e lido (talvez ainda mais que citado, embora não seja ignorado por seus colegas pesquisadores sobre o tema), mas “suspeito”, encarado com desconfiança por suas múltiplas críticas, levantadas contra os movimentos antirracistas: o que se esconde atrás dessas críticas? Por que criticar o antirracismo? Será, talvez, uma forma de complacência com os grupos e partidos racistas? Será que não passa de um *faux ami* do antirracismo? Neste artigo, gostaríamos de mostrar que essa desconfiança é exagerada. Simplesmente, muito cedo, já nos anos 1980, Pierre-André Taguieff teve a intuição de que alguma coisa nova estava acontecendo na França na área do racismo (I), que as respostas dos movimentos antirracistas eram insuficientes, inábeis ou francamente contraproducentes (II), e que o movimento antirracista precisava repensar o antirracismo, agora adaptado a um novo contexto, um antirracismo *republicano* (III).

I. Um novo racismo?

Os anos 1970 foram marcados pela emergência de uma tendência cuja importância só vai confirmar-se nos anos seguintes: a da politização da identidade, isto é, o estabelecimento da questão da identidade no centro da ação política. Tal evolução pode muito bem ser vista como um aprofundamento da democracia, por exemplo, no caso dos movimentos de afirmação da identidade homossexual ou da identidade de “minorias” no espaço público, como no exemplo dos movimentos negros no Brasil. Nesses casos, grupos “invisíveis”, isto é, invisíveis nos espaços do poder ou em situações socialmente valorizadas, passam a lembrar à sociedade que existem. Mas, na França dos anos 1970, soube aproveitar-se dessa evolução um pequeno grupo de intelectuais e militantes oriundo da extrema-direita – não chegava a ser um partido propriamente dito, era mais um clube de reflexão –, autodenominado *Groupement de*

Recherches et d'Études pour la Civilisation Européenne (GRECE, ou seja, Grécia em francês). O primeiro trabalho científico de P.-A. Taguieff, que lhe valeu uma reputação merecida de especialista do racismo e dos grupos extremistas de direita, foi uma análise densa e precisa desse movimento.

O GRECE nasceu em 1968, antes dos eventos de maio, e juntava diversas personalidades ligadas aos meios nacionalistas franceses. A figura marcante do grupo era Alain de Benoist, principal teórico e animador.¹ Não cabe neste artigo aprofundar o tema, mas a intuição mais frutífera do GRECE consistiu em renovar o velho nacionalismo francês com base em vários elementos: ir além do anticomunismo, valorizar o tema da identidade europeia (e não simplesmente francesa), reivindicar o direito a “defender” essa identidade contra todos os “universalismos” (visados o marxismo, claro, mas também o imperialismo americano e o cristianismo), e isto sem negar o direito de todos os povos, até mesmo os povos do Terceiro Mundo recém-descolonizados, de fazerem o mesmo. O GRECE apoiava-se sobre uma leitura, politizada e muito contestável, dos trabalhos de Georges Dumézil para afirmar que existia uma “identidade europeia” (as famosas três funções identificadas por esse autor), fundada na desigualdade social.² O raciocínio era que o cristianismo teria desviado o curso da história europeia, com seu conceito de igualdade dos homens diante de Deus. Liberalismo e socialismo seriam herdeiros, muitas vezes sem sabê-lo, do igualitarismo cristão.

Quem melhor viu a significação disso foi P.-A. Taguieff: um racismo novo estava emergindo, e *expressava-se na língua do antirracismo*. Pouco importa o uso frouxo e altamente criticável de Georges Dumézil. O ponto importante era a transformação do discurso da extrema-direita. Agora nada mais havia de raça superior, existia, sim, distanciamento da biologia, defesa da identidade: o novo nacionalismo, que seguia um programa explicitamente “gramsciano” – conquistar o poder político passando primeiro pela vitória no terreno intelectual –, instalava-se no terreno da cultura, propondo a passagem da biologia à cultura, e da raça à identidade, como resume P.-A. Taguieff.³

1 Esse autor evoluiu bastante politicamente desde essa época. Alain de Benoist conta sua trajetória em BENOISTE, Alain de. *Mémoires vives*. Paris: Éditions de Fallois, 2012. Em 2012, ele recebeu-nos para falar de Taguieff.

2 As sociedades indo-europeias seriam caracterizadas por uma organização em torno de três funções: religiosas, militares e agropastoris.

3 Os detalhes sobre a evolução do GRECE, por exemplo, em relação à biologia, encontram-se em TAGUIEFF, Pierre-André. *Sur la nouvelle droite: jalons d'une analyse critique*. Paris: Descartes & Cie, 1994. Este livro completa e amplia o que foi o primeiro trabalho científico de grande amplitude do autor, o artigo *La stratégie culturelle de la "Nouvelle Droite" en France (1968- 1983)*, publicado em 1984 no livro coletivo dirigido por BADINTER, Robert. *Vous avez dit fascisme?*. Paris: Arthaud/Montalba, 1984, pp. 13-152.

Até o início dos anos 1980, tratava-se de um debate limitado ao meio fechado e estreito da extrema-direita francesa, embora o GRECE tenha aparecido na mídia nacional em 1979, quando, sob o nome de “Nouvelle Droite”, dado pelos jornalistas, foi descrito, de uma forma simplista, como a última encarnação francesa do fascismo. Isto aconteceu no contexto da renovação do interesse pelo assunto, que se seguiu à publicação do importantíssimo livro de Zeev Sternhell *La droite révolutionnaire* (1978). Uma série de eventos, porém, cujas repercussões chegam até o presente, surgiu em torno de 1983-84: os primeiros sucessos eleitorais do Front National, partido de extrema-direita fundado, com outros militantes nacionalistas, por Jean-Marie Le Pen. Pela primeira vez em sua história, desde o final do século XIX e o caso Dreyfus, com a exceção do episódio *poujadista* no meio dos anos 1950, a extrema-direita obtinha resultados eleitorais significativos. Doutrinalmente, o Front Nacional devia bastante ao GRECE, embora não tudo (Alain de Benoist, por exemplo, nunca aderiu ao Front, nem mostrou disposição favorável a isso).⁴

Os anos 1980 foram assim os da emergência não somente de um novo racismo, um racismo sem raça, isto é, sem referência ao conceito de “raças”, organizado doutrinalmente em torno da defesa da “identidade francesa”, mas de um fenômeno inédito na política francesa. Pensar o racismo voltava a ser necessário. O fim da crença nas “raças humanas” tinha posto um ponto final no assunto, contrariando assim o otimismo dos vários trabalhos realizados depois de 1945 sob a direção da ONU, em particular da UNESCO. P.-A. Taguieff foi um dos intelectuais mais engajados nessa tarefa, e produziu, em função disso, vários estudos passando por diversas áreas das ciências sociais. Vamos nos concentrar sobre três aspectos de sua pesquisa, deixando de lado muitas coisas, em particular, o que pertence à história das ideias racistas e antisemitas.⁵

4 STERNHELL, Zeev. *La droite révolutionnaire 1885-1914: les origines françaises du fascisme*. Paris: Le Seuil, 1978. A última edição foi publicada pela editora Fayard em 2000, acrescida de um importante ensaio inédito. Pierre Poujade foi um líder populista de direita que defendia a causa dos “pequenos” (comerciantes, agricultores, artesãos) no contexto da modernização acelerada do país desde o fim da reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. O estudo clássico sobre o assunto ainda é de HOFFMANN, Stanley. *Le mouvement poujade*. Paris: Armand Colin, 1956. Mas um balanço recente do tema pode ser encontrado em SIRINELLI, Jean-François. (dir.). *Histoire des droites en France*. Paris: Gallimard, 2006 [1992].

5 O leitor interessado poderá reportar-se particularmente a quatro livros: TAGUIEFF, Pierre-André. *Les Protocoles des sages de Sion: faux et usages d’un faux*. Paris: Berg International/Fayard, 2004, um estudo extensivo da famosa falsificação antisemita, uma das obras de referência sobre o assunto. A edição citada acima acrescenta vários elementos ao volume 1 da primeira edição, de 1992. Esta mais recente apresenta-se em dois volumes, o segundo constituído por estudos históricos de vários autores sobre os Protocolos em diversas partes do mundo. Outra obra é *Le racisme*. Paris: Flammarion, 1997, uma síntese claríssima sobre os debates em torno da noção. A terceira é *La couleur et le sang: doctrines racistes à la française*. Paris: Mille et une Nuits/Fayard, 2002; uma tipologia do racismo francês que distingue quatro tipos ideais encarnados por A. de Gobineau, G. Le Bon, E. Drumont e G. Vacher de Lapouge. Esta edição é uma versão aumentada do livro publicado em 1998. Por último, *La judéophobie des modernes: des Lumières au Jihad mondial*. Paris:

I.a. Uma tipologia sobre racismo e antirracismo

Publicado em 1987, *La force du préjugé* teve uma recepção, no conjunto, muito favorável. O livro, de leitura árida e difícil, ambicionava repensar racismo e antirracismo sob todas suas dimensões. Em particular, propunha-se a pensá-los com base em dois pares de tipos ideais, seguindo assim a inspiração weberiana: constrói ferramentas para refletir sobre a diversidade das situações históricas, e não descrições precisas de fenômenos históricos empíricos. De um lado, P.-A. Taguieff distingue racismo universalista e racismo diferencialista. De outro, antirracismo universalista e diferencialista (ver tabela abaixo).

Os racismos e antirracismos *universalistas* têm em comum o fato de pertencer à modernidade, definida assim brevemente pela autonomia das comunidades humanas: as sociedades organizam-se segundo leis que inventam. Os primeiros afirmam, porém, que somente alguns povos ou algumas “civilizações” têm capacidade plena para “desenvolver-se”, por exemplo, para produzir as grandes obras do espírito ou atingir um alto nível de bem-estar material, enquanto os segundos dizem o contrário (igual contribuição de todas as “raças” – até os anos 1930 – ou de todas as culturas à formação da civilização humana, igual capacidade de autonomia das comunidades humanas). A origem da diferenciação entre povos e civilizações pode encontrar-se na biologia (racismo universalista *materialista*) ou na cultura (racismo universalista *espiritualista*). Assim dois parâmetros intervêm na formação do tipo ideal: universalismo/diferencialismo, e materialismo (biologia)/espiritualismo (cultura).

Racismos e antirracismos *diferencialistas* têm em comum *reagir* à modernidade. Afirmam que essas leis não são realmente “inventadas”: devem levar em consideração fatores herdados da biologia ou da cultura. Procuram “proteger” sejam “raças biológicas” da mestiçagem (racismo diferencialista materialista – o caso nazista), sejam povos ameaçados pelo progresso da civilização capitalista ocidental (antirracismo diferencialista espiritual), para tomar os dois exemplos mais opostos, de um ponto de vista político e moral. No caso do racismo nazista, a mixofobia (fobia da mestiçagem) levou ao projeto de destruição (conforme Raul Hillberg) do povo judeu, enquanto um racismo universalista tende mais à exploração.⁶

Odile Jacob, 2008, em que o antissemitismo é abordado com base nos mitos culturais antissemitas.

6 Uma apresentação detalhada encontra-se em TAGUIEFF, Pierre-André. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Gallimard, 1999 [1987] e *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995.

Racismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Universalistas: negação de identidade e afirmação de desigualdade entre os grupos humanos.</p> <p>Postulado ontológico: há um <i>continuum</i> entre os grupos humanos hierarquizados.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: no processo evolutivo, há raças mais avançadas e outras atrasadas. A “raça biológica” determina o nível do indivíduo em uma escala fixa das civilizações.</p> <p>Implicação: legitimação da dominação colonial ou extermínio das raças inferiores por serem um peso para a humanidade (incapacidade de progredir).</p> <p>Exemplo: a maioria dos representantes do darwinismo social (Clémence Royer na França, Ernest Haeckel na Alemanha).</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: as raças mais evoluídas estão mais avançadas que as outras na via da civilização e do progresso. Os grupos humanos são mais ou menos perfectíveis, mais ou menos assimiláveis às raças superiores (brancas).</p> <p>Implicação: pela educação, é possível “ajudar” as raças inferiores a “progredir” – racismo paternalista, a desigualdade entre as raças é imensa, mas não absoluta.</p> <p>Exemplo: tipicamente, o discurso colonial da Terceira República francesa.</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia.</p>
<p>Diferencialista ou comunitarista Negação de uma humanidade comum.</p> <p>Postulado ontológico: diferença de natureza entre os grupos humanos</p>	<p>Universo: reação contra a modernidade</p> <p>Tese: as raças são quase espécies – poligenismo e polilogismo, nem portas nem janelas entre as raças. As verdadeiras fronteiras são as do “sangue”.</p> <p>Implicação: um terror, a mestiçagem, “pecado contra o sangue” (os nazistas). Endogamia, homogamia, e segregação / expulsão / exterminação das “raças” perigosas.</p> <p>Exemplo: a Alemanha nazista, tipicamente. O racismo diferencialista biológico nunca se encontra em estado “puro”, isto é, sem uma referência à superioridade da raça do locutor racista.</p> <p>Valores associados: heterofobia, mixofilia</p>	<p>Universo: reação contra a modernidade</p> <p>Tese: os grupos humanos – “raças”, civilizações, nações... – formam unidades culturais incomparáveis e incompatíveis. O encontro das culturas significa degradação e declínio.</p> <p>Implicação: há de preservar absolutamente as identidades culturais – confusão possível com o antirracismo diferencialista espiritual, zona de equivocidade.</p> <p>Exemplo: O. Spengler, H.S. Chamberlain, J. Ebola.</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofobia.</p>

Antirracismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Universalista: seus valores-chave são a <i>unidade</i> da espécie humana e a <i>igualdade</i> dos homens</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: as raças são uma realidade provisória a ser ultrapassada pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, a modernidade ocidental sendo o modelo implícito. Todos os grupos humanos têm direito ao progresso, na direção de uma fusão do gênero humano em torno de valores comuns.</p> <p>Implicação: um antirracismo que coexiste com a ideia de “raças”, realidade provisória.</p> <p>Exemplo: o movimento comunista dos anos 1917-1970, ou Georges Clemenceau, em seu grande discurso contra J. Ferry em 30 de julho de 1885.⁷</p> <p>Valores associados: heterofilia e mixofilia.</p>	<p>Universo: modernidade</p> <p>Tese: não existem “raças” na espécie humana, e sim culturas mais ou menos avançadas na direção do progresso. Pela educação e a racionalização, é possível fazer desaparecer as “superstições”.</p> <p>Implicação: as identidades culturais são um obstáculo na marcha do progresso.</p> <p>Exemplo: John Stuart Mill ou K. Marx e F. Engels⁸</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofilia.</p>

7 “Raças superiores, raças inferiores, e daí? [...] Raça inferior, os hindus! [...] Raça inferior, os chineses! [...] Não, não há direitos das nações ditas superiores contra as nações inferiores [...]. Não tratemos de cobrir a violência do nome hipócrita de civilização; não falemos de direito, de dever!”, discurso famoso, citado por DROUIN, Michel. Clemenceau, Georges, 1841-1929. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Org.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013. p. 305. É importante notar que o vocabulário é flexível. Clemenceau usa a palavra “raças”, mas seu conteúdo não é estritamente natural ou biológico. Neste primeiro antirracismo, o importante é a contestação do imperialismo em nome da unidade e da igualdade dos seres humanos.

8 Estes autores são antirracistas no sentido seguinte: não acreditam no poder descritivo do conceito “científico” de raças, duvidam e contestam que os seres humanos possam ser enjaulados em categorias biológicas fechadas denominadas “raças”. É também a postura de Tocqueville, expressada em uma carta a Gobineau de 1856. Sobre Gobineau, Tocqueville comenta a seu amigo Beaumont: “É filosofia de diretor de haras” (citado por BESNIER, Jean-Michel. Tocqueville et Gobineau. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Org.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013. p. 1770. Eles pensam, porém, em função da oposição civilização (europeia)/barbárie: o imperialismo, num primeiro momento, tem efeitos positivos porque faz entrar sociedades “atrasadas” na dinâmica da “civilização”. Antirracismo não implica anti-imperialismo a curto-prazo.

Antirracismos	Materialista (biológico)	Espiritual (cultural)
<p>Diferencialista ou comunitarista Seus valores são a <i>identidade</i> coletiva e as <i>diferenças</i> entre os grupos humanos.</p>	<p>Universo: reação à modernidade</p> <p>Tese: os grupos humanos devem ser respeitados em suas diferenças. Definem-se por características culturais e biológicas, somáticas, genéticas... Cada grupo é incomparável: não é possível hierarquizá-los.</p> <p>Implicação: iguais, mas separados, esses grupos não devem entrar em contato.</p> <p>Exemplo: pela semelhança com o racismo equivalente, raro hoje, salvo em torno da <i>deep ecology</i>.</p> <p>Valores associados: heterofilia, mixofobia.</p>	<p>Universo: reação à modernidade</p> <p>Tese: o principal ou único imperativo é deixar os grupos humanos (etnias, civilizações, nações...) preservar sua identidade cultural contra os imperialismos, direito à diferença.</p> <p>Implicação: lutar contra todas as formas de universalismos, contra a ocidentalização do mundo.</p> <p>Exemplo: Lévi-Strauss, entre vários outros, por exemplo James Baldwin.⁹</p> <p>Valores associados: heterofilia e mixofobia.</p>

Esta apresentação é propositadamente muito sucinta. Diante dessa tentativa de clarificação da questão do racismo e do antirracismo, alguns poderiam contra-argumentar que a história empírica não obedece à tipologia proposta. No entanto, foi com base nela que se divulgou, ao menos na França, o conceito, tão importante, de racismo diferencialista. É útil, por exemplo, para distinguir o regime de apartheid sul-africano do racismo colonial francês. O primeiro pretendia separar radicalmente, quando o segundo, em teoria, gabava-se de seu poder assimilatório.¹⁰

I.b. “Nacional-populismo”

A tipologia apresentada acima foi proposta pela primeira vez em 1984. No mesmo ano, P.-A. Taguieff confrontava-se com o “fenômeno Le Pen”. Ele sugeriu um novo conceito para descrever o Front National: um partido “nacional-populista”. Como sempre nesse tipo de situação, a questão é por que, de um ponto descritivo e analítico, “nacional-populista” é

9 Em TAGUIEFF, Pierre-André. *La Force du préjugé*, p. 395, Taguieff cita em particular o diálogo entre James Baldwin e Margaret Mead no livro *A Rap on Race*, 1971, citado a partir da tradução francesa *Le racisme en question*, com prefácio de Roger Bastide, publicado pela editora Calmann-Lévy em 1972.

10 Ver sobre o mito da missão civilizadora da França no seu império colonial o instigante artigo de Jean Fremigacci, historiador da colonização francesa em Madagascar, *L’État colonial français, du discours mythique aux réalités (1880-1940)*. In: FREMIGACCI, Jean. *État, économie et société coloniale à Madagascar*. Paris: Karthala, 2014 [1996].

melhor que as expressões anteriores usadas em casos análogos, ou seja, essencialmente, “partido de extrema-direita” e “partido fascista”?

Segundo P.-A. Taguieff, a metáfora espacial peca, primeiro, por seu carácter abstrato. Em cada situação histórica, é preciso dar um conteúdo à noção de “extrema-direita”, e isso não é tão fácil quanto parece. Segundo, o que mais caracteriza a extrema-direita em um contexto democrático é seu projeto golpista de derrubar as instituições democráticas – dificilmente o Front National enquadrava-se neste critério. O segundo critério, ao menos na França, é a enunciação, por parte do agrupamento político investigado, de um discurso explicitamente racista, em particular antisemita. Mas, no contexto dos anos 1980, os dirigentes desse partido tornaram-se habilidosos. Praticaram um antissemitismo dissimulado e alusivo. Enfim, a expressão “extrema-direita” implica uma “extremização” da direita. Em qual sentido? Zeev Sternhell não havia demonstrado, já em 1978, que pequenos grupos geralmente classificados como pertencendo à “extrema-direita” eram também influenciados por discursos e práticas oriundos, ao contrário, da “extrema-esquerda”?

Uma possibilidade de interpretação era encarar o partido de Jean-Marie Le Pen como a forma contemporânea da velha extrema-direita francesa, cuja identidade estaria assim mantida desde sua cristalização nos anos 1880, na época de Maurice Barrès e Edouard Drumont. A hipótese não era absurda, e foi largamente compartilhada. O Front National dos anos 1980 estava repleto de figuras vindas dos combates perdidos dos nacionalistas, em particular, a Segunda Guerra mundial e a Guerra da Argélia. Neste caso, a ascensão eleitoral desse partido formava um novo capítulo de um livro já redigido – para os defensores da democracia e os militantes antirracistas, era preciso somente, contra o fascismo, mobilizar as forças antifascistas.

O problema dessa interpretação, que implicava um certo estilo de mobilização “antifascista”, era que com ela não se fazia nenhum esforço para entender o que existia de novo no Front National e o contexto dos anos 1980. Por conformismo, reformulava temas antigos oriundos dos anos 1930, como se esse partido presente diante dos olhos fosse a encarnação mais recente de um mal europeu fadado ao retorno regular, o fascismo. É nesse contexto que P.-A. Taguieff propôs que se visse no Front National um “nacional-populismo”, o que levava a uma reflexão teórica sobre a noção de “populismo”, mobilizando instrumentos das áreas de filosofia, história e ciências sociais. O conceito de nacional-populismo é construído como uma síntese do populismo, pois guarda

uma retórica estruturada pelo elogio e a repreensão: ele é “antielitista”, exalta “o povo”, e insiste sobre o *pathos* do “homem comum”, sobre a comunicação direta com os homens ordinários, iguais entre si pela simplicidade, honestidade e saúde que supostamente possuem.¹¹

É sua dimensão protestatória. Do nacionalismo, leva a bandeira de uma identidade supostamente “ameaçada” pela chegada à França de populações imigrantes. É sua dimensão identitária.

Em um de seus textos mais recentes, os traços do nacional-populismo do FN são assim resumidos:

1º O apelo ao povo lançado pelo líder; 2º o apelo ao povo inteiro contra as elites ilegítimas; 3º o apelo direto ao povo autêntico, agora “saudável”, “simples”, e “ele mesmo”; 4º o apelo à mudança, implicando uma ruptura purificadora com o presente (“o Sistema”, suposto corrupto e corruptor), inseparável de um protesto antifiscal (às vezes ligado à exigência de referendo de iniciativa popular); 5º o apelo a “limpar” o país de elementos percebidos como “inassimiláveis” ou supostamente resistentes à assimilação por motivos culturais (nacionalismo de exclusão, em particular, contra os imigrantes).¹²

P.-A. Taguieff precisa ainda que “os quatro primeiros itens permitem definir os populismos protestatórios, mas que os populismos identitários supõem a presença dos cinco traços”.

A distinção, em termos de tipo ideal, populismo protestatório/populismo identitário ajudava a entender melhor a situação política dos anos 1980, mas também a de um passado mais longínquo – o historiador Michel Winock inspirou-se nela para revisar a questão do populismo francês desde o final do século XIX.¹³ P.-A. Taguieff escreveu muito sobre o assunto, e sua conceitualização foi geralmente aceita – tornou-se banal dizer do Front National que é “nacional-populista”. Como muitas vezes, a banalização fez esquecer o achado conceitual.¹⁴

11 TAGUIEFF, P.-A. “Le populisme et la science politique: du mirage conceptuel aux vrais problèmes”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*. n. 56, p. 9, 1997.

12 TAGUIEFF, P.-A (Dir.). *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013. Cf. o artigo *Populisme(s) et national-populisme*, p. 1368.

13 WINOCK, Michel. “Populismes français”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*. n. 56, pp. 77-91, 1997.

14 Os títulos principais são os seguintes: “La rhétorique du national-populisme” (I), publicado em *Cahiers Bernard Lazare*, n. 109, pp. 19-38, 1984, e (II), em *Mots*, n. 9, pp. 113-139, 1984; “Le populisme et la science politique: du mirage conceptuel aux vrais problèmes” (ver nota 5); “Populismes et antipopulismes: le choc des argumentations”, que saiu em *Mots*. N. 55, pp. 5-26, 1998; *L’illusion populiste: de l’archaïque au médiatique*. Paris: Berg international, 2002/2007; *Le nouveau national-populisme*. Paris: CNRS éditions, 2012; o verbete “Populisme(s) et national-populisme”, no *Dictionnaire historique et critique du racisme*. Paris: PUF, 2013, pp. 1359-1373; *Le diable en politique: réflexions sur l’antilepénisme ordinaire*. Paris: CNRS

I.c. “Nova judeofobia”

Nem a tipologia do racismo e do antirracismo, nem a noção de “nacional-populismo” provocaram polêmicas importantes. Mas este não foi o caso de “nova judeofobia”. Tendo sido escrito no curso do ano 2001, *La nouvelle judéophobie* foi publicado em janeiro de 2002. A tese do livro é simples: os progressos dos movimentos islamistas no Oriente Médio deram uma vitalidade, nova e subestimada no Ocidente, ao ódio aos judeus; este discurso teve uma recepção positiva em uma parte da população de origem muçulmana ou árabe residente na Europa e, em particular, na França, levando à difusão de discursos e atos “racistas” que ameaçam, em alguns territórios específicos, os judeus franceses. Diante desse problema, as esquerdas francesas (partidos, movimentos, intelectuais) permanecem, salvo raríssimas exceções, silenciosas, quando não complacentes, ou até cúmplices.¹⁵ Longe de ser um fenômeno do passado, o ódio aos judeus revela-se um fenômeno crescente, de características novas, que se cristaliza não na noção de raça (judaica), mas em um antissionismo “radical” – daí o termo “judeofobia”, em vez de “antissemitismo”. “Radical” significa aqui aspirando à destruição do Estado de Israel, e imputando aos judeus uma grande parte ou a totalidade do mal que pode surgir no planeta (com diabolização e crença nas teorias do complô).

É pouco dizer que o livro não foi bem recebido fora dos meios ligados à comunidade judaica francesa, salvo exceção. Contradizia o que passava por senso comum, isto é, que o antissemitismo era um problema do passado da Europa. Muitos no mundo dos intelectuais e cidadãos engajados contra os racismos romperam com P.-A. Taguieff por causa desse livro.

A obra suscitou diversas críticas, em particular cinco: a de ter exagerado as ameaças visando os judeus, ter confundido antissemitismo e antissionismo, não ter contextualizado a difusão dos temas antissionistas (a permanência da ocupação da Cisjordânia e – na época – da faixa de Gaza), ter criminalizado os jovens de origem muçulmana e/ou árabe, e acusado sem fundamento de antissemitismo as organizações de “extrema-esquerda”. O debate foi (e ainda é) muitas vezes brutal, mas também ajudou a trazer à luz trabalhos científicos interessantes, como, por exemplo, o livro do historiador Michel Dreyfus sobre a esquerda francesa e o antissemitismo.¹⁶

éditions, 2014. Para uma visão crítica, hostil a essa conceitualização, ver o livro da cientista política Annie Collovald, *Le “populisme du FN”, un dangereux contresens*. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2004.

15 TAGUIEFF, P.-A. *La nouvelle judéophobie*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2002.

16 DREYFUS, Michel. *L'antisémitisme à gauche: histoire d'un paradoxe, de 1830 à nos jours*. Paris: La Découverte, 2009.

Mais de dez anos depois da publicação do livro, é possível dizer que uma parte das críticas levantadas era fundamentada. Por exemplo, as “extremas-esquerdas” francesas têm em suas histórias recursos para não tolerar e combater os discursos judeófobos.¹⁷ Mas é difícil negar que P.-A. Taguieff viu um problema real onde quase ninguém, fora da comunidade judia, queria vê-lo nessa época (2001): a radicalização de um discurso judeófobo, em particular via Internet, levou a judeofobia a um novo patamar. Os estereótipos hostis aos judeus divulgam-se (quase) livremente na Internet. Vários casos, alguns não muito graves, outros trágicos, confirmaram sua intuição.¹⁸ Embora muito criticado, até mesmo por péssimas razões (que, no entanto, merecem estudo, porque reveladoras de bloqueios ideológicos), o livro foi importante porque, sem exagero, é possível dizer que contribuiu para acordar de seus sonhos tanto as autoridades políticas da França, quanto seus meios intelectuais.

A escolha de um novo conceito (“nova judeofobia”, em vez de “antissemitismo”) também merece ser destacada. Era uma forma de insistir sobre a ruptura constituída por esse novo discurso de ódio. O conceito de “raça” não participava dele.¹⁹ Aliás, é duvidoso que se possa enquadrar na categoria de racismo – foi muito mais um convite às organizações antirracistas para que pensem melhor as transformações dos discursos de ódio. Além disto, P.-A. Taguieff insistiu sobre o paradoxo de existirem discursos judeófobos *antirracistas*, isto é, formulados com base na premissa de que o Estado de Israel ou até a própria civilização judaica seriam “racistas” – um uso perverso dos valores do antirracismo, que foi constatado em Durban (África do sul) em 2001.

O conflito do Oriente Médio desenvolveu raízes na França, país europeu com a maior comunidade muçulmana e, ao mesmo tempo, a maior comunidade judaica da Europa. O que está em jogo com o conceito de “nova judeofobia” é o reconhecimento (ou não) da pluralidade dos ódios identitários. A extrema-direita francesa constituía uma ameaça, mas não somente ela – uma fração radicalizada da opinião pública muçulmana ou de origem muçulmana era seduzida por discursos violentos, e tendia a afirmar sua identidade divulgando-os ou, pior ainda, passando à ação violenta.

17 Os discursos explicitamente judeófobos são muito raros na extrema-esquerda francesa. O problema é outro, e situa-se no recuso de admitir que a difusão massiva de propaganda judeófoba pelo islamismo radical impacta uma parte significativa das classes populares de cultura árabe e/ou muçulmana. Para ilustrar este recuso, ver, por exemplo, um livro traduzido em português: BALIBAR, Étienne [et al.]. *Antissemitismo: a intolerável chantagem. Israel-Palestina, um “affaire” francês*. Rio de Janeiro: Anima, 2004.

18 Aludimos ao assassinato de Ilan Halimi em 2006, ao caso Mohammed Merah em 2012, ao atentado de Bruxelas há algumas semanas, e claro ao atentado contra uma loja alimentaria judia do dia 09 de janeiro 2015. Sobre os atos hostis aos judeus cometidos na França, ver KNOBEL, Marc. *Haines et violences antisémites: une rétrospective: 2000-2013*. Paris: Berg International, 2013.

19 Os judeus não são visados porque pertenceriam a uma “raça”. São visados porque os islamistas atribuem-lhes um poder excepcional de conspirar contra o Islã.

Com outros autores francófonos (em particular, Colette Guillaumin, Tzvetan Todorov e Etienne Balibar), P.-A. Taguieff contribuiu assim para uma reflexão coletiva sobre as transformações dos racismos no final do século XX e o início do XXI. Mas também foi instigante em sua crítica aos antirracismos.

II. Antirracismos ineficazes, infelizes ou contraproducentes?

P.-A. Taguieff sempre se apresentou como um pesquisador e um militante antirracista, embora defendesse (e ainda defenda) a independência do pesquisador em relação ao militante: verdades duras a ser ouvidas deviam ser ditas, sem censura sob pretexto de proteger a causa antirracista. Nos últimos trinta anos, seu trabalho pode também ser lido como uma crítica interna do antirracismo, com a condição de ser dada à palavra “crítica” seu sentido científico. Com efeito, “os ideais e os princípios que fundamentam o engajamento antirracista não escapam do risco de corrupção ideológica”.²⁰ Entre essas críticas, apresentaremos sucintamente, ou seja, sem muito aprofundamento, quatro particularmente significativas.

II.a. A identidade, terreno comum dos racistas e dos antirracistas

Antes de tudo, insistiremos sobre a advertência lançada já na década de 1980: o terreno identitário, o da defesa da identidade cultural das minorias e dos povos dominados, o do direito à diferença, é terreno legítimo, mas perigoso, *na medida em que os próprios racistas, novos racistas “sem raças”, “culturais” e “identitários”, investiram nele paralelamente*. Com efeito, esse antirracismo, tachado por P.-A. Taguieff de “diferencialista”, bem ilustrado, por exemplo, pela obra de Claude Lévi-Strauss, oferecia, muito involuntariamente, um conjunto de argumentos aos adversários, primeiro, aos militantes do GRECE, depois aos nacionalistas xenófobos do Front National: o discurso deste partido está articulado em torno da necessidade de “defender”, “proteger” a nação francesa. Como é sabido, o fenômeno não se restringe à França, já que muitos outros países europeus estão conhecendo o mesmo tipo de evolução política. A crítica pode ser formulada assim: insistindo demais sobre a identidade ou a diferença, alguns intelectuais ou movimentos antirracistas contribuíram involuntariamente *para a recepção* dos discursos xenófobos. Segundo uma fórmula que, a nosso ver, não pertence a P.-A. Taguieff, mas que ilustra bem sua reflexão, do direito à diferença não

²⁰ TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. I.

podemos concluir, sem precaução nem reflexão, que haja diferença automática dos direitos – se for preciso diferenciar, isto deve ser feito após um estudo atento dos prós e dos contras.

De fato, o problema complica-se quando a diversidade dos discursos racistas é considerada. Com efeito, longe de todos serem marcados pelo desprezo ou o ódio, podem muito bem evitar esse registro, e restringir-se ao elogio da diferença. Um exemplo, no caso francês, de um discurso desse tipo: – “Não tenho nada contra os árabes, não penso que constituam uma ‘raça’, menos ainda uma raça ‘inferior’, até mesmo posso dizer que gosto da civilização árabe, mas, no interesse comum dos ‘franceses’ e dos ‘árabes’, gostaria que ambos os povos ficassem separados e se mantivessem distintos”. Neste caso, a hostilidade ativa não pode continuar a ser o critério único ou principal do racismo. Continuar a pensá-lo seria

facilitar a tarefa de identificação [do racismo], e negligenciar o fato de que as atitudes racistas nítidas sendo doravante reprimidas pela lei, as convicções racistas manifestam-se por outras vias, procedem por *contornos*, até por inversões, avançam mascaradas e enunciam-se por reformulações irreconhecíveis.²¹

Assim, P.-A. Taguieff chamou a atenção para o fato de que não somente os discursos racistas e antirracistas podem compartilhar um mesmo gosto pela defesa da identidade de grupos sociais supostamente ameaçados, mas também podem compartilhar o mesmo gosto pelo elogio da *diferença*, por oposição à “uniformidade” que caracterizaria os universalismos. Tal convergência potencial contribui para explicar os casos raros, aberrantes estatística e ideologicamente, de passagem “brutal” da extrema-esquerda à extrema-direita – ocorridos comprovadamente na França. Nesse contexto, torna-se mais importante do que nunca precisar quais são, do ponto de vista de um antirracismo eficaz, os papéis respectivos das identidades particulares (comunidades ou nações) e do universalismo oriundo da filosofia das Luzes, tal como se expressa nas duas Declarações, de 1789 e 1948.

II.b. O antirracismo diante de seu dilema

Diante de um novo racismo ascendente em uma parte da opinião francesa e europeia, que se confunde com a xenofobia e a definição étnica das nações, podiam os antirracismos apostar suas fichas sobre o multiculturalismo, o cosmopolitismo ou a ética/estética da “mestiçagem”, e isto em um país onde a nação é profundamente enraizada na consciência dos cidadãos? P.-A. Taguieff criticou severamente todas as tentativas de pensar

²¹ *Ibidem*, p. 17.

alternativas à nação, sejam elas infranacionais (como imaginar uma nação organizada em torno da coexistência de comunidades estabelecidas sobre distintas bases culturais, religiosas, ou até étnicas), sejam supranacionais – supondo-se que, em um mundo cosmopolita, sem nações, por definição, o nacionalismo deixaria de fazer sentido, e o problema da xenofobia seria resolvido. Mas como convencer os cidadãos a abandonar esse quadro mental e afetivo de referência? Como manter uma democracia ativa e participativa sem a comunidade dos cidadãos?²²

O antirracismo contemporâneo sofreria assim de um grande dilema entre duas orientações dificilmente compatíveis:

- orientação heterófila,

determinada pelo direito à diferença, o qual deriva para o dever de preservação identitária, cuja forma mínima é o imperativo de preservação da identidade do grupo próprio, e a forma sofisticada, o imperativo de respeitar incondicionalmente as identidades de grupos, ditas étnicas ou culturais.

- orientação “mixófila”,

definida pelo ideal da mestiçagem, o dever da mestiçagem: a retórica antirracista contemporânea inclui um elogio padrão da mestiçagem salvadora. Propor a mistura das identidades de grupos como método de salvação pressupõe uma avaliação essencialmente negativa da diferença coletiva: se a ação antirracista deve visar a eliminação progressiva das diferenças, é porque elas são percebidas como causas reais do racismo, classicamente pensado como rejeição da diferença.²³

Para P.-A. Taguieff, é preciso escolher entre o “direito à diferença” e o “dever de mestiçagem”. Uma conclusão talvez brutal – não estariam disponíveis outras opções, que não fossem pensadas em termos de “direito” e de “dever”?

Em um plano menos diretamente político e mais cultural, P.-A. Taguieff chamou a atenção para o risco da estética da mestiçagem, em particular, na publicidade: combater o racismo simplesmente invertendo seus códigos, pode tornar-se contraproducente, já que com isso se participa da divulgação de um imaginário racista, embora antirracista.²⁴ É o caso de

22 É sabido como o grande historiador americano Eugen Weber estudou a “nacionalização” do povo francês no século XIX, no livro WEBER, Eugen. *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914*. Redwood City: Stanford University Press, 1976. Mas o debate está aberto, e os historiadores medievalistas continuam a estudar a formação do sentimento de pátria ao final da Idade Média (ver, por exemplo, os trabalhos de Colette Beaune).

23 TAGUIEFF, P.-A, *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, pp. 522-523. O adjetivo “*mixophile*” e o nome “*mixophilie*” são neologismos introduzidos por P.-A. Taguieff.

24 P.-A. Taguieff propôs distinguir racismo e racialismo, isto é, todo discurso que “trabalha” a existência de

assinalar outra distinção feita em termos de tipo ideal. P.-A. Taguieff propõe distinguir ideologias racialistas (*racialistes*), “elaborações ideológicas centradas em um objetivo explicativo”, e ideologias racistas, que “contêm prescrições, definem valores e normas, que se traduzem por discriminações ou segregações, expulsões ou perseguições, até mesmo extermínio”.²⁵ A valorização estética da mestiçagem inspirada pelo antirracismo é muito bem-intencionada. Não faltam, porém, as pontes do racismo ao racismo, e é sempre possível inverter um discurso antirracista em seu contrário (por exemplo, você acha legítimo falar em termos de beleza da mestiçagem; eu acho legítimo falar da beleza da “não mestiçagem”).

II.c. Duas estratégias limitadas

O progresso do Front National sugere os limites de duas vias privilegiadas pelas organizações antirracistas francesas, a via científica e a via legal.

A primeira espera vencer as ideias racistas pela demonstração da inanidade científica do conceito de “raças humanas”. Mas precisamente o trabalho de P.-A. Taguieff e de outros pesquisadores demonstrou a emergência, nos anos 1970, de um racismo sem raça, uma constatação hoje em dia largamente compartilhada. Nesse contexto, o antirracismo dos cientistas, em particular, dos biólogos, pareceu inadaptado e ingênuo. Duas outras críticas foram levantadas por P.-A. Taguieff. Primeiro, esse tipo de antirracismo – ele visa em particular um autor, o biólogo Albert Jacquard – valoriza o indivíduo, ser único, *diferente*, “somos todos diferentes”: não existem dois indivíduos iguais, a riqueza da humanidade encontra-se nessas diferenças. No entanto, tal valorização

é uma condição de impossibilidade de pensamento do político. Porque a dimensão da comunidade está assim, por princípio, excluída do campo de visibilidade teórico [...]. Tal ideologização do indivíduo sem raízes, singular e universal, implica uma cegueira diante da questão do político, isto é, da comunidade humana.²⁶

Ou seja, a afirmação antirracista da singularidade de cada indivíduo é válida no campo científico, mas é de difícil tradução no campo político.

A segunda crítica tem por alvo o risco que toda postura científica implica.

“raças” humanas, porém sem objetivo discriminatório.

25 TAGUIEFF, P.-A. *La couleur et le sang*: doctrines racistes à la française. Paris: Mille et une Nuits/Fayard, 2002, p. 17.

26 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. 222.

O antirracismo, nos anos 1970, acomodado e cômico, evoluiu cada vez mais na invocação da legitimidade científica. Até retomar os caminhos de velhas concepções cientistas da ética, reafirmando ingenuamente que os enunciados ao imperativo derivam de enunciados ao indicativo, que valores e normas são deriváveis de propostas hoje em dia consideradas como científicas.²⁷

Mas sabemos que, por essência, as verdades científicas são evolutivas: desde o início do século XXI, as revoluções da genética estão precisamente relançando o debate sobre as supostas “raças” humanas de uma forma inimaginável da década de 1970.²⁸

Outro caminho possível foi privilegiar a via jurídica e repressiva: apresentar queixa sistematicamente quando um líder político, um intelectual ou um cidadão comum expressasse opiniões que podiam aparecer como racistas. P.-A. Taguieff não negou a necessidade e a utilidade, em diversas oportunidades, dessa via jurídica. Também nesse caso, porém, os limites da ação antirracista não podiam ser ignorados. Primeiro, os militantes e líderes dos grupos de extrema-direita viraram *experts* na arte da alusão, das palavras subentendidas, cujo sentido racista pode sempre ser negado no tribunal. O público-alvo não precisa de maiores precisões. Ao contrário, o implícito muitas vezes é mais eficaz que o explícito. Em segundo lugar e paradoxalmente, a opção repressiva deu ao Front National e suas organizações satélites o espaço necessário para apresentar-se como “mártires” da liberdade de expressão.

Os que levam o antirracismo na direção da caça ao politicamente incorreto, encerrando-o assim na vigilância verbal, são os verdadeiros responsáveis pelo desvirtuamento da luta contra o racismo. Precisam voltar às discriminações ressentidas, ao drama da rejeição e do desprezo vivido no cotidiano. Talvez seja a única maneira de tomar consciência do caráter derrisório de um antirracismo unicamente focado na correção ideológica do vocabulário usado. São as violações dos direitos fundamentais que importam, não o uso de uma palavra mais que outra. Um certo antirracismo degradou-se em perseguição judiciária de palavras ideologicamente infelizes: ação mágica, ritual conjuratório.²⁹

O tema dos desgastes do “politicamente correto” constitui um terreno particularmente perigoso e turvo, porque pode juntar tanto militantes nacionalistas quanto

27 *Ibidem*, p. 124.

28 Uma apresentação do debate nos Estados-Unidos pode ser encontrada (em francês) em DORON, Claude-Olivier; LALLEMAND-STEMPAK, Jean-Paul. “Un nouveau paradigme de la race?”. In: *La Vie des Idées*, 31 mar 2014. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Un-nouveau-paradigme-de-la-race.html>> . Acesso em: 28 jul 2014.

29 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*, Paris: Michalon, 1995, p. 568.

simples cidadãos, sem conexões com o nacionalismo, preocupados com a defesa das liberdades.

II.d. O antirracismo dos “importantes”

Enfim, o antirracismo praticado nos anos 1980 e 1990 pode ser questionado do ponto de vista de seu estilo e das manipulações políticas que permitiu. Quanto ao primeiro ponto, juntar celebridades do mundo das artes populares e do esporte por ocasião de grandes manifestações antirracistas, visando particularmente “os jovens”, pôde dar a impressão de um antirracismo superficial, mundano e midiático, distanciado das realidades vividas pela maioria do povo – um antirracismo de classe dominante e bem enraizada em suas convicções. É claro que tal antirracismo constituía um alvo admirável para o nacional-populismo do Front National, hábil a levantar a bandeira do “país real” contra o “país legal”, segundo uma fórmula famosa nos meios nacionalistas franceses. Aliás, os intelectuais, geralmente acadêmicos, também são visados por P.-A. Taguieff, por praticarem, às vezes, um antirracismo “elitista e paternalista”. Escapam ao olhar crítico raramente autocrítico.

Isto explica que, recusando explicitamente o racismo com base étnica, socialmente visível e, assim, condenável, os intelectuais antirracistas, acostumados a intervir no espaço público, não prestam atenção a suas próprias atitudes de estigmatização e de segregação visando as classes populares, cujo “racismo primário” é largamente denunciado.³⁰

Ainda mais porque a retidão moral desse antirracismo podia ser posta em dúvida. É sabido que uma parte dos dirigentes do Partido socialista (PS) viu com alívio os progressos do Front National. Aceitou a perspectiva de que um Front National forte iria dificultar as vitórias eleitorais da direita francesa, seja nas eleições locais, seja nas nacionais, da mesma maneira que a presença de um Partido Comunista Francês forte tirou (supostamente) do poder a esquerda no início da Quinta República, entre 1958 e 1981. François Mitterrand nunca levou a sério a ideia de que Jean-Marie Le Pen constituía um perigo para a democracia, e fez adotar em 1986 um processo de votação proporcional que ajudava seu partido. No nível local (cidades, *départements*, regiões), muitas vezes a vitória da esquerda só foi possível graças aos bons resultados do Front National.

³⁰ *Ibidem*, p. 541.

Ao fim e ao cabo, será que para P.-A. Taguieff o antirracismo é tanto uma solução quanto uma parte do problema? Apresentar as coisas assim parece-nos um pouco exagerado. Simplesmente, um outro antirracismo era e é possível e necessário.

III. Lineamentos de um antirracismo republicano

Dos livros e artigos de P.-A. Taguieff desde 1983, é possível esboçar o perfil de um outro antirracismo, “republicano”, embora nosso autor nunca tenha escrito um livro teórico acabado, ainda menos dogmático, sobre o assunto. Essa obra visaria a opor à visão étnica e xenófoba da nação por parte do nacional-populismo, uma outra concepção da comunidade nacional, concepção que permitiria articular liberdades individuais, participação política dos cidadãos, reconhecimento do papel positivo das comunidades e horizonte universalista.

III.a. Diante do Front National: *diabolizar* ou argumentar?

Tratando-se da vida política, parece claro hoje em dia que a estratégia de diabolização do Front National fracassou. Foi o partido mais votado por ocasião das eleições europeias de 25 de maio de 2014, com 24,85% dos votos, contra 20,8% para a UMP (direita) e 13,98% para o PS (esquerda). Designar o partido fundado por Jean-Marie Le Pen, hoje dirigido por sua filha Marine Le Pen, como a encarnação mais recente da extrema-direita, isto é, do nazismo, não convenceu. A estratégia “neoantifascista” da separação entre partidos republicanos, de esquerda e de direita, e Front National não surtiu efeito. O debate está aberto sobre seus efeitos reais: será que, ao contrário, teve efeitos perversos poderosos? Primeiro, porque pôs o Front Nacional no centro da vida política e midiática francesa, oferecendo publicidade gratuita a suas ideias, mesmo sendo publicidade negativa. Segundo, porque em um contexto de crise econômica, de impotência de todos os governos na luta eficaz contra o desemprego, mas também de crise moral (multiplicação dos casos confirmados de corrupção), o Front National destacou-se como o partido dos adversários, cada vez mais numerosos, da elite política e econômica. Caso similar é o de outros países europeus, como, por exemplo, a Grécia, em que o partido neonazista Aurora Dourada emergiu há alguns anos, aproveitando-se da crise econômica e do desgosto da população diante do espetáculo de corrupção da sociedade política.

É a convicção de P.-A. Taguieff, tal como aparece em seu último livro: um certo antirracismo foi não somente ineficaz, mas também contraproducente.³¹ A questão é controvertida. Porém, sobre o assunto, ele não evoluiu muito. Por exemplo, em 1998 tinha publicado, com a demógrafa Michèle Tribalat, um pequeno livro destinado a todos os militantes, *Face au Front National*, cujo subtítulo era explícito: “argumentos para uma contraofensiva”. Nesse livro, os autores ofereciam pistas para argumentar contra o nacional-populismo, por exemplo, analisando precisamente a inanidade de seu programa. Era uma forma de banalizar o partido de extrema-direita para fazê-lo perder o charme que sempre decorre da postura heterodoxa, isto é, exatamente o contrário da estratégia de diabolização.³²

III.b. Para um antirracismo prático e realista

Uma ação antirracista exemplar, aos olhos de P.-A. Taguieff, é, por exemplo, o trabalho do *Groupe d'Information et de Soutien des Immigrés* (GISTI), que oferece ajuda jurídica às populações estrangeiras residentes na França, em particular, aos trabalhadores. É um exemplo de antirracismo prático, distanciado dos interesses dos partidos políticos e não relacionado às elites midiáticas. O GISTI

é exemplar em sua defesa concreta dos direitos fundamentais dos estrangeiros, que implica uma defesa e ilustração do Estado de direito. O antirracismo não está fadado à indignação retórica nem à manipulação política [*politicienne*]. A prova é as múltiplas associações fundadas por jovens oriundos ou não da imigração, que combatem indiretamente as discriminações fundadas sobre a origem étnica pela exemplaridade do militantismo cívico e a afirmação do ideal republicano [...].³³

No entanto, por ser eficaz e influente, o antirracismo não deve negar os problemas decorrentes da presença de uma forte minoria de população estrangeira, não na escala da França, mais na escala do bairro, até mesmo quando esses problemas significam atos de delinquência exasperantes para o conjunto da população. É bem compreensível o reflexo dos militantes antirracistas que, diante do discurso nacional-populista que assimila populações estrangeiras à violência, sofrem a tentação de negar qualquer tipo de ligação. Mas os estragos do efeito perverso não podem ser ignorados – se realmente existirem, na escala do tal bairro,

31 TAGUIEFF, P.-A. *Le diable en politique: réflexions sur l'antilepénisme ordinaire*. Paris: CNRS Éditions, 2014.

32 TAGUIEFF, P.-A.; TRIBALAT, Michèle. *Face au Front National: arguments pour une contre-offensive*. Paris: La Découverte/Syros, 1998.

33 TAGUIEFF, P.-A. *Les fins de l'antiracisme*. Paris: Michalon, 1995, p. 568.

problemas de delinquência implicando particularmente menores e jovens, por exemplo, atividades relacionadas ao tráfico de drogas, a sua negação oferece ao Front National um espaço livre para desenvolver seus temas. A consequência imediata é o aumento da credibilidade do nacional-populismo, e a tendência de os partidos contrários, e sobretudo as organizações antirracistas, ficarem desacreditados. Para P.-A. Taguieff, o antirracismo republicano não pode dar-se ao luxo da ingenuidade.

III.c. As articulações necessárias

Um antirracismo eficaz – eis o terceiro elemento que destacaremos neste artigo – deve pensar a articulação entre indivíduos, comunidades, nação e humanismo universalista. Não adianta subestimar o peso de um desses quatro elementos, por exemplo, em uma perspectiva antinacionalista desprezar ou subestimar a importância da nação na identidade política da grande maioria dos cidadãos. Já em 1986, P.-A. Taguieff tinha escrito um artigo importante sobre a noção de “identidade nacional”. Nele, advertia os militantes de esquerda de que essa noção é confusa, e provavelmente ninguém consiga explicar de forma totalmente convincente o que é a “identidade francesa”, ou a brasileira. É um mito, no sentido forte de Georges Sorel: um complexo de emoções e de valores suscetíveis de mobilizar as paixões das massas.³⁴ Precisamente por isso, porém, abandoná-lo à extrema-direita seria perigosíssimo, sem dizer que demonstraria uma singular ignorância da História – correntes importantes da esquerda, especialmente os anarquistas, tentaram pensar a política fora da nação, mas sempre foram muito minoritários, em particular, na França. Quanto aos marxismos, é notória a complexidade de suas relações com a nação.

No entanto, em um livro de 2005, Taguieff reconheceu que, sob vários aspectos, os intelectuais norte-americanos *comunitarians* estavam certos. Não existe incompatibilidade entre a nação e o dinamismo caloroso de comunidades culturais – a nação não deve ser deixada aos nacionalistas, mas também não deve impossibilitar outros modos de expressão coletiva, enraizada em particularismos culturais. Escreve P.-A. Taguieff que

o sentimento comunitário ameaça a comunidade política democrática somente se é explorado e mobilizado por líderes ideológicos com objetivo de provocar a guerra civil ou instalar uma ditadura [...]. Em nossa perspectiva universalista, acreditamos, apesar do pesado horizonte de nossa época, na

34 TAGUIEFF, P.-A. “L’identité nationale saisie par les logiques de racisation: aspects, figures et problèmes du racisme différentialiste”. In: *Mots*, n. 12, pp. 91-128, 1986.

possibilidade, para o Islã e a República, de dar luz a uma síntese original, sobre o modelo do exemplo histórico bem-sucedido da comunidade judeu-republicana.³⁵

A comunidade joga um papel útil de socialização da vida coletiva, e dá a esta um conteúdo concreto, desde, claro, que duas condições estejam reunidas. Primeiro, o respeito à liberdade individual de retirar-se da comunidade, o direito de desligar-se. Segundo, a afirmação de valores e princípios universalistas, tipicamente os que foram adotados em 1948 na Declaração Universal dos Direitos humanos. Ou seja, longe de ser simples, o antirracismo é complexo. Oriundos de várias tradições intelectuais, os antirracismos devem ter consciência de suas pluralidades, e de seus dilemas – entre liberdades individuais, respeito à identidade e aos direitos das comunidades, participação cívica na nação soberana e afirmação de princípios universalistas transcendentais, as opções são várias quando vem o tempo de opinar sobre um debate político preciso.

Um exemplo ilustraria essa necessidade de *moderação*, decorrente da necessidade de levar em consideração ao menos as quatro dimensões destacadas acima. O problema da emergência e da cristalização de preconceitos, de atitudes e de atos hostis aos muçulmanos, em particular, na Europa, recebe uma atenção cada vez mais aguda desde o início dos anos 2000. No caso francês, por exemplo, a *Commission Nationale Consultative des Droits de l'Homme* dá atenção ao fenômeno. Ela observa em seu relatório publicado em 2013 o aumento da intolerância antimuçulmana. Na medida em que este racismo europeu inscreve-se nitidamente na perspectiva do nacional-populismo, que é o objeto do trabalho científico de P.-A. Taguieff sobre o racismo há trinta anos, não deveria haver espaço para polêmicas ou divisões internas no “campo antirracista”.³⁶

Aliás, o próprio P.-A. Taguieff escreveu sobre a importância do assunto, observando, por exemplo, que

o novo racismo é um racismo sem “raça”. Trata-se, na maioria dos casos, ao menos nas sociedades democráticas ocidentais, de um racismo integrado ao nacionalismo xenófobo, visando

35 TAGUIEFF, P.-A. *La République enlisée: pluralisme, communautarisme et citoyenneté*. Paris: Éditions des Syrtes, 2005, pp. 172-173.

36 O relatório sobre as atividades da Comissão em 2012, publicado em setembro de 2013, pode ser lido no site «<http://www.cncdh.fr/fr/publications/rapport-dactivite-2012>». Na página 24, lemos, por exemplo, que “[...] les opinions négatives se polarisent tout particulièrement sur les ‘musulmans’, qui constituent la minorité religieuse la plus rejetée. L’islam est perçu comme une religion en essor dont certaines pratiques seraient inconciliables avec le principe de laïcité”. Tradução: “[...] as opiniões negativas polarizam-se particularmente sobre os ‘muçulmanos’, que constituem a minoria religiosa a mais rejeitada. O islã é percebido como uma religião em crescimento, porém com algumas práticas supostamente inconciliáveis com o princípio de laicidade”.

especificamente a imigração ou algumas categorias de imigrados. A rejeição pode fundamentar-se classicamente sobre a aparência física, notadamente sobre a cor da pele, mas tende hoje em dia a privilegiar os caracteres culturais, e, em primeiro lugar, a religião. Por isto, é necessário reconhecer como uma das formas emergentes de “racismo”, embora o termo não pareça adequado aos fenômenos designados, as paixões ideologicamente organizadas que são a islamofobia, a judeofobia e a cristianofobia, que se opõem ou se combinam diversamente”.³⁷

Este texto data de 2013, mas em 2007, no prefácio a uma nova edição de *L'illusion populiste*, P.-A. Taguieff já observava que os atentados de setembro de 2001 tinham desencadeado “uma islamofobia crescente”.³⁸

Ele próprio foi, porém, acusado de islamofobia, até mesmo por colegas sociólogos.³⁹ Não cabe a este artigo entrar nos detalhes disso, mas a leitura dos textos não deixa nenhuma dúvida sobre a impropriedade da acusação. A importância do que está em jogo nesse caso – fora a vontade de atingir um intelectual que nunca dissimulou seu engajamento militante em favor do Estado de Israel – não pode ser subestimada. Deve o antirracismo europeu considerar que o ódio identitário restringe-se aos diversos partidos nacional-populistas de seu continente, ou deve alargar a lista das ameaças sobre as liberdades e as pessoas aos movimentos fundamentalistas islamistas? Se a segunda opção for privilegiada, uma reflexão crítica sobre o conceito de “islamofobia” é necessária. Com efeito, o islamismo radical tornou-se mestre na arte de assimilar o combate político contra o islamismo, isto é, o radicalismo fundamentalista, e o racismo (discurso hostil, discriminações, desprezo...) contra os cidadãos muçulmanos. O conceito de “islamofobia” foi utilizado por ele neste sentido. As intervenções recentes de P.-A. Taguieff não visavam a negar as discriminações sofridas por esses cidadãos, mas sim a afirmar uma ideia simples: o fundamentalismo islâmico pertence também ao universo dos ódios identitários, e um antirracismo sério não o pode ignorar.

O antirracismo republicano combate as discriminações e os discursos de ódio, como qualquer antirracismo. Nele confluem diversas tradições, em particular, a do liberalismo político e do republicanismo, elas mesmas complexas e variáveis segundo as circunstâncias históricas. Constitui uma tentativa de responder ao desafio representado pela emergência na Europa, e particularmente na França, de um novo racismo cujos fundamentos são a

37 TAGUIEFF, P.-A. “Le racisme aujourd’hui, une vue d’ensemble”. In: *Huffington Post* (França). 27 set. 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.fr/pierreandre-taguieff/racisme-anti-blanc_b_1918224.html> Acesso em: 29 jul. 2014.

38 TAGUIEFF, P.-A. *L'illusion populiste*. Paris: Berg International, 2007, p. 40.

39 HAJJAT, Abdellali; MOHAMMED, Marwan. *Islamophobie: comment les elites françaises fabriquent le “problème musulman”*. Paris: La Découverte, 2013.

identidade, a diferença e cultura, por oposição ao velho racismo fundado sobre a raça, a superioridade e a biologia, segundo uma formulação de P.-A. Taguieff. Em trabalhos posteriores, tentaremos mostrar que sua origem direta é o pensamento antitotalitário dos anos 1950-1970 (Hannah Arendt, Claude Lefort).

Ao final deste artigo que se apresenta como uma síntese sucinta da contribuição de P.-A. Taguieff ao conhecimento do racismo e do antirracismo, esperamos que possa emergir uma explicação para o paradoxo que sublinhamos na introdução.⁴⁰ Se se trata de um autor consagrado, mas visto com reservas em vários meios, é porque, ao lado de contribuições científicas mobilizando a filosofia, as ciências sociais e a história, para melhor conhecer os racismos, desenvolveu um discurso crítico e politicamente engajado. Este, implícita ou explicitamente, visa a tentação da esquerda radical de substituir um novo antifascismo artificial (segundo ele), um antifascismo sem fascistas propriamente ditos, ao mito esgotado da Revolução. Para P.-A. Taguieff, essa manobra é supremamente infeliz: põe o partido nacional-populista de J.-M. Le Pen no centro da vida política francesa. Proíbe que algumas questões incômodas, por exemplo, sobre a delinquência ou o fundamentalismo muçulmano, sejam formuladas, dando a impressão perigosíssima de que o Front National está muito mais em contato com “a realidade”, que os movimentos sociais ou políticos de esquerda. Subestima o peso da identidade nacional na formação de identidade comum do povo, sob pretexto de lutar contra o nacionalismo e a xenofobia da extrema-direita. Visto da perspectiva de um antirracismo “de esquerda” (reiteramos que essa categoria é imprecisa), ele encarna assim a figura paradoxal de um intelectual antirracista, porém de um adversário. Daí a tentação de negar que ela seja realmente antirracista. O caso de P.-A. Taguieff revela bem a evolução que caracterizou o antirracismo entre os anos 1960 e o final do século XX – *passou do consenso ao dissenso, dividiu-se e enfraqueceu-se*. A transformação identitária e cultural dos ódios “racistas” foi mal negociada.

40 É importante lembrar que deixamos de lado tudo o que pertence à história das ideias racistas e antirracistas, e que são apenas uma parte das questões sobre as quais P.-A. Taguieff escreveu. Outros temas de predileção são a história e a filosofia do progressismo, e as teorias da conspiração.